



MARINHA DO BRASIL
CENTRO DE INSTRUÇÃO ALMIRANTE GRAÇA ARANHA
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA MARINHA MERCANTE



BEATRIZ MOURA JACCOUD DE ALMEIDA



A importância da Mulher na Marinha Mercante

**RIO DE JANEIRO
2013**

BEATRIZ MOURA JACCOUD DE ALMEIDA

A IMPORTANCIA DA MULHER NA MARINHA MERCANTE

Monografia apresentada como exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciências Náuticas do Curso de Formação de Oficiais de Máquinas da Marinha Mercante, ministrado pelo Centro de Instrução Almirante Graça Aranha.

Orientador (a): Maria Elisa Dutra Costa

Rio de Janeiro
2013

BEATRIZ MOURA JACCOUD DE ALMEIDA

A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA MARINHA MERCANTE

Monografia apresentada como exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciências Náuticas do Curso de Formação de Oficiais de Máquinas da Marinha Mercante, ministrado pelo Centro de Instrução Almirante Graça Aranha.

Data da Aprovação: ____/____/____

Orientador (a): Maria Elisa Dutra Costa

Assinatura do Orientador

NOTA FINAL: _____

Dedico esta monografia a minha mãe, Lucília, e meu pai, Francisco, por tanto contribuir para o meu crescimento, por terem sempre lutado para que nada me faltasse e por serem os principais responsáveis por toda a educação, apoio e amor que recebi em toda minha vida. Espero retribuir a altura.

AGRADECIMENTOS

Aos Meus Pais, Avós, irmão, aos meus amigos da turma de 2011, a minha querida Eduarda Peçanha, a Thayla, ao Jonas e ao Igor Miranda, obrigada por todo o apoio sempre concedido, e por estarem sempre ao meu lado.

*Homens do mar! Ó rudes marinheiros,
Tostados pelo sol dos quatro mundos!
Crianças que a procela acalentara
No berço destes pélagos profundos!*

Castro Alves

RESUMO

O presente estudo faz uma retrospectiva histórica da participação feminina a bordo de embarcações, desde o início das navegações até a atual configuração em navios da Marinha Mercante, plataformas e outras; define o que é a Marinha Mercante e qual sua importância para o país, explicando as diversas maneiras de se alcançar o cargo de oficial mercante e como funcionam as Escolas de Formação; sempre analisando a importância da mulher para o comércio marítimo, bem como, os principais problemas e as vantagens da profissão através de comparações com as condições de trabalho das mulheres que exercem atividades em terra no Brasil e no mundo.

Palavras-chave: Importância. Mulher. Marinha Mercante. Desenvolvimento. Preconceito. Salário. Brasil. Legislação.

ABSTRACT

This study makes a historical retrospective on the female participation of the Brazilian women in the Merchant ships since the beginning in the world until now; explains the importance of women in maritime trade; analyzes the principal problems and advantages of the profession, always comparing with women that don't work onboard. And as conclusion, it explains the different types of reaching a Merchant Officer post and how the colleges work.

Key-words: Importance. Women. Merchant Navy. Development. Prejudice. Salary. Brazil. Legislation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	12
1.1 A mulher na Marinha do Brasil	13
1.1.1 Seção de Convés	15
1.1.2 Seção de Máquinas	15
1.2 A mulher na Marinha Mercante	16
1.2.1 Mudanças	18
1.2.2 - A participação crescente da mulher na Marinha Mercante	18
A MULHER NO MAR E A MATERNIDADE	21
2.1 - A necessidade de uma legislação da mulher gestante	21
2.1.1 - A importância da luta sindical	23
2.2 – As dificuldades e os grandes medos de ser mãe	24
DIFICULDADES, CONQUISTAS E NOVOS DESAFIOS	26
3.1 – Superação e Profissionalismo	26
3.2 - Conquistas: Primeira mulher brasileira a ser comandante da Marinha Mercante	28
3.3- Formada primeira mulher prático no Brasil	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	33

INTRODUÇÃO

“No capítulo sobre trabalho, renda e políticas sociais, Bruschini, Lombardi, Mercado Ricoldi, da Fundação Carlos Chagas, observam que o nível educacional das mulheres brasileiras está se elevando.

Elas entram no mercado de trabalho em ritmo constante e em carreiras mais prestigiadas, e assumem postos de decisão, ainda que lentamente.

Não obstante, continuam a receber salários mais baixos que os dos homens em quase todas as ocupações, são maioria nos setores econômicos informais e mais vulneráveis e respondem pela quase totalidade dos empregos domésticos. O principal desafio para a política pública brasileira, no momento, é promover a conciliação do trabalho com as responsabilidades familiares e implementar medidas que eliminem desigualdades e discriminações no local de trabalho.”

O trecho acima retirado do livro “O Progresso das Mulheres no Brasil” retrata bem a situação atual e os assuntos a serem aprofundados nessa monografia.

Com o nível educacional igualitário, aspecto que não era observado há tempos atrás, as mulheres conseguem hoje alcançar os mesmos ou bem próximos patamares que antes só eram atingidos por homens no trabalho. Até mesmo em carreiras militares, onde o crescimento da mulher foi tão demorado e por isso, muito valorizado.

Este contínuo crescimento da participação do chamado “sexo frágil” é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. O avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade, proporcionando um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade.

As desigualdades da sociedade vividas no cotidiano, no que se trata das relações de gênero, não se definiram a partir do aspecto econômico, mas, especialmente a partir do aspecto cultural e do social, formando daí as "representações sociais" sobre as funções da mulher e do homem dentro dos variados espaços de convivência, ou seja: na escola, na família, prática desportiva, na igreja, nos movimentos sociais, enfim, na vida em sociedade.

Atualmente, o número de mulheres que trabalha no mundo é maior do que nunca, mas a persistência das desigualdades de gênero - quanto à situação de emprego, segurança no trabalho, salários e acesso à educação - contribui para uma “feminização” da pobreza entre os trabalhadores, destacou um relatório divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), por ocasião do Dia Internacional da Mulher de 2007.

Esse grande número de mulheres trabalhando em praticamente todas as áreas traz um grande problema como desigualdades, preconceitos e todo aquele detalhe sempre ressaltado ligado a maternidade. Todos esses problemas e empecilhos se destacam bem numa profissão militar. A mulher avançou de uma forma na carreira militar, que já possuímos Almirante do sexo feminino e Comandante de navio.

Das forças militares, vamos apenas nos aprofundar na Marinha do Brasil. Nesta o ingresso de mulheres se deu por uma lei em 07/07/1980. A Marinha foi pioneira na abertura para mulheres. Todavia, direcionando para a Marinha Mercante, essa abertura levou um maior tempo para ocorrer devido a motivos considerados “machistas”.

Até o século XIX, mulher a bordo de uma embarcação era considerada presságio de mau agouro. Agora, as mulheres não apenas viajam como também passam a fazer parte da tripulação. Em um mercado de trabalho restrito aos homens até recentemente, a procura das mulheres pelos cursos de formação de oficiais de Marinha Mercante chega a surpreender. No CIAGA, cerca de 40% dos candidatos inscritos são mulheres e no CIABA cerca de 30%. Isto faz parte da evolução da mulher no mercado de trabalho.

A aceitação das empresas também tem sido boa. De acordo com o Sindicato Nacional dos Oficiais de Marinha Mercante (SINDMAR), existem cerca de 470 oficiais formadas do sexo feminino, algumas já desembarcadas, mas a grande maioria continua atuando na Marinha Mercante Brasileira. O número é pequeno diante dos mais de 10000 oficiais que hoje singram a costa brasileira, segundo o sindicato. A tendência é de que o número de mulheres trabalhando na Marinha Mercante cresça rapidamente ao longo dos anos.

Dentro da Marinha Mercante, há ainda preconceito em relação a escolha de curso. Existem dois ramos: a carreira de Náutica e a carreira de Máquinas. Ser maquinista, claramente é uma opção geralmente para homens, e até hoje nas escolas de instrução CIAGA e CIABA poucas mulheres escolhem esse caminho. Contudo, não há mistério nenhum e a mulher tem sim toda capacidade dessa escolha mesmo parecendo aos olhos de amadores que esse assunto é algo rude e bruto. Mesmo assim, é uma vitória hoje termos tantas mulheres mercantes no Mercado de Trabalho.

Mas não existem somente vantagens no que se refere a carreira da mulher na Marinha Mercante. Por ser uma área ainda pouco explorada pelo público feminino, existem problemas como o preconceito, o assédio moral e o sexismo, que são agravados pelo isolamento já característico da profissão. No atual contexto, não existe uma legislação pertinente para casos de gravidez.

O presente estudo engloba desde o ingresso da mulher na Marinha Mercante até os grandes impactos que tal situação gerou e ainda gera. Trataremos do preconceito, das dificuldades de conciliar a maternidade com os embarques, das conquistas das mulheres mercantes e da qualidade do trabalho desenvolvido pela mulher.

Assim como a participação da mulher cresceu no Mercado de Trabalho em geral, também podemos destacar o crescimento nas organizações militares. Conforme será abordado no primeiro capítulo.

CAPÍTULO I

A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Há algum tempo as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, mas só recentemente muitas se tornaram mais emancipadas e instruídas. Antes da virada do século XXI, era raro ouvir casos de mulher que ganha mais que o marido ou mãe que assume integralmente as despesas dos filhos. Hoje essa realidade já é vivida, apesar de não ser ainda totalmente aceita pela sociedade moderna.

No mundo, em geral é notório o quanto as mulheres estão se destacando. No Brasil não é diferente, elas são bonitas, inteligentes, corajosas e fortes, sem deixar a sensibilidade e a abençoada natureza feminina, a mulher brasileira mostra em todos os campos o seu valor.

No Brasil, assim como nos outros países, a participação feminina no mercado de trabalho aumentou muito nas duas últimas décadas. Nos anos 60 e 70 os movimentos emancipatórios foram o início destas transformações. As mulheres foram para as universidades e começaram a considerar a carreira tão importante quanto à função procriadora.

No final dos anos 90, a mulher passou a representar quase 41% da força de trabalho brasileira e ganhou espaço em várias profissões. 35% das mulheres brasileiras estão no mercado de trabalho, de acordo com uma pesquisa recente da UFRJ. Com isso a mulher ganha voz também dentro das famílias, e muitas vezes passam a chefia-la. Isso se deve à expansão da escolaridade, que superou a dos homens, e possibilitou que elas se inserissem no mercado de trabalho. Assim como a mulher cresceu no Mercado de Trabalho em geral, também podemos destacar o crescimento na área militar. Como será abordado a seguir.

1.1 A mulher na Marinha do Brasil

As conquistas da mulher no mundo do trabalho foram muito lentas em relação a todos os fatores que contribuíram para sua evolução em compatibilidade aos homens, ou seja, num processo de igualdade vivenciada por ela atualmente. No caso das mulheres no exército é algo bastante significativo, ou seja, um avanço para a categoria feminina, isso implica no cunho da responsabilidade que uma mulher tem diante de tarefas antes conferidas somente aos homens. Quanto ao serviço militar das Forças Armadas, as mulheres estão isentas, porém isso não quer dizer que ela não possa participar e ocupar o espaço que lhe compete nessa em sua área de acordo com suas habilidades.

A partir do ano de 1587, sucessivos regulamentos foram emitidos proibindo a presença de mulheres a bordo de qualquer navio, prevendo sérias punições para aqueles que descumprissem as ordens dadas; contudo, existem fortes evidências que essas regras foram amplamente ignoradas. É claro que servir no mar em um moderno navio de guerra com alta tecnologia é totalmente diferente dos antigos meios de navegação, que exigiam certo nível de brutalidade até mesmo para o menor dos navegantes. E mesmo assim, as mulheres estavam lá. Tratar feridas, realizar amputações, ajudar o cirurgião, eram algumas de suas terríveis tarefas, em que eram usadas quantidades infinitas de rum e conhaque, alternativas arcaicas de anestesia comum a bordo. Por outras vezes, as mulheres também eram úteis para carregar a pólvora, e até manusear as armas.

Foi só nos primórdios de 1811 que as mulheres começaram a servir oficialmente na Marinha, primeiramente como enfermeiras. E no princípio do século XX as pesadas perdas de quantitativo de homens devido á 1ª Guerra Mundial geraram uma demanda de mulheres para trabalharem em terra no lugar de homens hábeis para a batalha, de forma que estes fossem mandados a guerra.

No Brasil, tudo começou com a criação, em 1980, do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha. Este ocorreu por intermédio da Lei 6807 de 07/07/1980 e esta foi regulamentada pelo decreto 85238 de 07/10/80. Na época, o Ministro da Marinha era o Almirante de Esquadra Maximiano da Silva Fonseca. Destinado a receber todas as militares

femininas da Marinha, independente de suas especialidades, sendo, portanto, composto de vários Quadros de Oficiais e do Corpo Auxiliar de Praças. Era um corpo separado, uma experiência pioneira nas Forças Armadas brasileiras, até com alguns uniformes diferentes dos tradicionais da Marinha. Ao longo dos 30 anos de presença da mulher militar na Marinha do Brasil, elas produziram resultados notáveis, que preencheram lacunas e trouxeram grandes benefícios.

O Corpo Auxiliar Feminino foi extinto em 1997, na gestão do então Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Mauro César Rodrigues Pereira, foi realizada uma estruturação geral dos Corpos e Quadros da Marinha e com isso, as militares integradas a diversos corpos existentes, em igualdade de condições e oportunidades com os homens. Esta reestruturação proporcionou ainda uma evolução para as mulheres, ao permitir sua admissão nos Corpos de Engenheiros e de Intendentes; nos Quadros de Médicos, de Cirurgiões-Dentistas, de Apoio à Saúde, Técnico e Auxiliar de Praças e do Quadro de Música do Corpo de Praça de Fuzileiros Navais e suas respectivas especialidades. Os uniformes, antes diferentes, também mudaram para modelos bem semelhantes aos tradicionais – o azul-marinho, o branco e o cinza – preservando, porém, a feminilidade.

As mulheres conseguiram se integrar e atualmente participam ativamente de diversas tarefas, contribuindo para que a Marinha se prepare para a guerra e alcance permanentemente a eficácia desejada para manter o nível de dissuasão necessário à preservação dos interesses nacionais brasileiros. Algumas foram pioneiras: receberam medalhas importantes; viajaram para locais remotos; comandaram Organizações Militares; participaram e gerenciaram projetos e construções de navios de guerra e de outras obras difíceis e, assim, mostraram competência, liderança, capacidade administrativa e coragem. Uma atualmente foi considerada como contra-almirante.

1.1.1 Seção de Convés

Atualmente, a bordo podemos encontrar a presença da mulher exercendo diferentes funções:

Na seção de convés, a STCW prevê a existência dos seguintes oficiais de pilotagem (GHIGGINO, 1990):

- a. Comandante;
- b. Imediato;
- c. Oficiais chefes de quarto de navegação (OCQN).

Na seção de convés, além dos oficiais, existe o seguinte pessoal de mestragem e de marinhagem (GHIGGINO, 1990):

- a. Mestre;
- b. Contramestres;
- c. Marinheiros.

1.1.2 Seção de Máquinas

Nesta seção, mulheres também podem exercer as seguintes funções:

Na seção de máquinas, a STCW prevê os seguintes oficiais de máquinas (GHIGGINO, 1990):

- a. Chefe de máquinas;
- b. Segundo-oficial de máquinas;
- c. Oficiais de máquinas chefes de quarto (OMCQ).

Na seção de máquinas, além dos oficiais, existe o seguinte pessoal de mestragem e de marinhagem (GHIGGINO, 1990):

- a. Maquinistas práticos;
- b. Mecânicos de bordo;

- c. Ajudantes de maquinista;

1.2 A mulher na Marinha Mercante

O homem sempre travou batalhas com o objetivo de conquistar reconhecimento da condição humana. Esse reconhecimento traduz não só a satisfação de necessidades como alimentação, moradia, segurança, emprego ou salários dignos, mas também no respeito do valor humano. Exemplos dessas batalhas são notados no empenho da mulher em participar profissionalmente da sociedade, portanto, é graças a essas conquistas que há a presença feminina em diversas áreas do campo de trabalho. Áreas que há pouco eram dominadas exclusivamente por homens, como na Marinha Mercante, começaram a ceder espaço de forma ainda pouco numerosa, porém crescente, às mulheres.

Com a entrada das mulheres na Marinha do Brasil, abriu-se também a porta para a Marinha Mercante brasileira. Porque se cada vez mais a inteligência e a habilidade se tornam mais importantes do que a força bruta na guerra, no transporte e comércio, também não deixaria de ser igual, tendo em vista que os navios mercantes da atualidade são dotados de alta tecnologia que exigem conhecimento e prática para serem manobrados. Essas são qualidades que não faltam ao sexo feminino, o que as faz bem-vindas.

O ingresso de mulheres na Marinha Mercante, em um universo ainda predominantemente masculino, tem provado ser não só um marco na história como também corrobora o seu importante papel na Marinha do Brasil. No Brasil, somente no final dos anos 90, as escolas de formação de oficiais passaram a abrir vagas para as mulheres. O curioso é saber que essa inserção das mulheres na EFOMM pela primeira vez foi devido à omissão do gênero feminino no edital do concurso. A primeira turma de oficiais da Marinha Mercante do CIABA a receber mulheres foi em 1997 e formou, em julho de 2000, nove alunas. No ano seguinte, 1998 foi a vez do CIAGA que teve pela primeira vez a presença de mulheres, e formou em 2001, quatro mulheres.

Desde o início do ingresso das mulheres nas Escolas de Formação, não foi efetuado nenhuma modificação ou adaptação nos currículos da EFOMM em função do ingresso das alunas. Contudo, as adaptações foram feitas, no que se referem aos uniformes, camarotes e banheiros. As mulheres realizaram e realizam todas as atividades programadas mostrando-se perfeitamente adaptadas.

As mulheres, ainda sem conhecer as reais atividades da oficial a bordo de embarcações procuram a carreira da Marinha Mercante motivadas por diversos fatores, dos quais se destacam: a vocação pela profissão desafiante, o respeito e a organização que a Instituição desfruta perante a sociedade; a perspectiva de ascensão funcional na carreira, mercado de trabalho em expansão, estabilidade no emprego, proporcionando um plano de vida e o gosto por viajar. O número crescente de alunas formadas nos concursos para as escolas de formação da Marinha Mercante indica o grande interesse das mulheres pela profissão.

Hoje, decorridos dez anos da presença feminina a bordo dos navios mercantes, podem ser citados inúmeros exemplos de mulheres bem sucedidas e que já ocupam cargos de grande importância e comando, como é o caso de Hildelene Bahia, igualando-se aos homens em função, salário e competência.



Fig. 1 : Hildelene Bahia

1.2.1 Mudanças

Com a entrada da mulher na Marinha Mercante, algumas mudanças tiveram de ser feitas. A primeira mudança foi no edital. No ano de 1999 o edital do CIABA e do CIAGA continha a foto da mulher na capa e havia inserido um novo item. Item 1.2, 5º Parágrafo-“*A constatação de gravidez da aluna implicará no cancelamento da matrícula.*” No ano de 2000 o edital sofreu mais alterações, com a inserção de um novo item. O item 4.2- “*Do exame de suficiência física, estabelece critérios diferentes para as mulheres*”. Neste mesmo ano as mulheres conquistaram um espaço na Marinha Mercante, com a formatura da primeira turma do CIABA.

Outra mudança ocorrida foi o uso de uniformes. Foi necessária a confecção de novos uniformes para a primeira turma de mulheres, já que a instituição ainda não estava preparada para recebê-las. Outro fator observado era o comportamento de homens com mulheres, já que a presença de mulheres na EFOMM era novidade, o contato físico entre homens e mulheres era e ainda é proibido, além de namoros dentro da instituição.

1.2.2 A participação crescente da mulher na Marinha Mercante

A competência e interesse na profissão marinheira são demonstrados pela mulher nas Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante, onde hoje é bastante comum a presença feminina, que não existia há quase dez anos. Isto é claramente notado através da observação da quantidade de alunas formadas a cada ano. Vale ressaltar que a participação feminina nas Escolas de Formação ocorre tanto no curso de Náutica como no curso de Máquinas. Em 2000, na primeira turma do CIAGA a receber mulheres, houve a presença feminina no papel de Comandante-Aluna, assim como na turma de 2006 e 2012. Em 2006, foi destaque pela primeira vez simultaneamente no CIABA, a presença de duas mulheres nos papéis de Comandante-Aluna e de Imediata-Aluna. As duas juntas com outras cinco Oficiais-Alunas e sete Oficiais-Alunos trabalham de forma integrada para cumprirem as tarefas sem distinção de sexo. Portanto, com base nessa experiência positiva vivenciada na EFOMM que as alunas anseiam em trabalhar a bordo de embarcações mercantes.

O aumento da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro encontrou espaço mais do que propício na frota da TRANSPETRO, que até o ano de 2000 se manteve como reduto eminentemente masculino. Em 2001, quando passou a admitir mulheres em seu quadro de mar, a Companhia empregava apenas uma marítima, a eletricista Florence Carvalho Costa. Em 2002, havia duas oficiais, uma delas de Máquinas e a outra de Náutica, até que a partir de 2003 a participação feminina ganhou impulso. Entre 2006 e 2008, o crescimento foi de 220%, com a contratação de 67 marítimas. Atualmente, 96 marítimas, de acordo com o site da TRANSPETRO, desempenham diferentes funções a bordo, comprometidas com os desafios da TRANSPETRO e com um futuro melhor.

A participação da mulher na Marinha Mercante representa não só mais uma fonte de força de trabalho ou uma vitória feminina; representa um avanço ao cenário marinho. Nele, a mulher imprime uma nova maneira de agir, coloca seu olhar, jeito e ritmo de trabalho, ajudando a transformá-lo num ambiente mais moderno, equilibrado e menos distante de uma vida social. A presença da mulher a bordo, além de reafirmar a necessária igualdade de oportunidades como ser humano, torna o padrão marinho mais sociável e humanizado, sem perder a qualidade exigida pelo mercado.



Figura 2: Marinha inaugura a exposição 30 Anos da Mulher Militar na Marinha do Brasil (2010)

CAPÍTULO II

A MULHER NO MAR E A MATERNIDADE

2.1 A necessidade de uma legislação da mulher gestante

A falta de mecanismos legais que protejam as trabalhadoras em casos de gravidez é um sério obstáculo para inserção da mão de obra feminina na indústria marítima. Com a história recente da abertura de vagas para mulheres nas Escolas de Formação da Marinha Mercante, o hábil desempenho das mulheres na atividade marítima tem sido uma demonstração da força de vontade e da competência que impulsionam aquelas que escolheram o mar como um meio de vida. Como se não bastassem todos os obstáculos vencidos na conquista pelo respeito em um mercado de trabalho antes predominantemente masculino, as marítimas, em determinado momento de suas vidas, terão de lidar com outra questão fundamental e de difícil manejo, já que ainda não é contemplada pela legislação brasileira: a gravidez das tripulantes.

Situações especiais na vida da profissional aquaviária, como a maternidade, requerem leis específicas que garantam o bem-estar da gestante e do bebê. Tal condição exige cuidados especiais, como consultas mensais de pré-natal, alimentação balanceada, enfim, uma vida saudável e equilibrada, tanto física quanto emocionalmente; podendo proporcionar também algumas surpresas, como o nascimento de natimorto, abortos espontâneos, nascimento antecipado a partir do sexto mês de gestação, ou, ainda, outras situações imprevisíveis como queda ou mal-estar próprio da gravidez.

O fator preocupante é que a bordo de navios não há estrutura para socorrer ou mesmo fazer um parto. O confinamento, esforço físico, a exposição às altas temperaturas e ao ruído, bem como o balanço ininterrupto – aspectos inerentes para quem vive da atividade marítima, e fatores que definem um ambiente de risco para o desenvolvimento de um feto ainda não foram observados com minúcia pelos legisladores brasileiros. De acordo com a atual legislação trabalhista, a marítima brasileira não tem como usufruir o direito de amamentar o bebê até o sexto mês, já que o período de licença é inferior a este.

Outra questão relacionada à gravidez da aquaviária é a remuneração durante o período de gestação. O Instituto Nacional do Seguro Nacional, INSS, determina que a partir do oitavo mês de gestação a mulher pode contar com o salário–maternidade, diante disso, as marítimas questionam como será feita a remuneração antes desse período se estiverem desembarcadas em virtude da gravidez. Uma medida debatida seria transferência das profissionais qualificadas para um cargo administrativo em terra durante a gravidez.

O INSS alega que a gravidez não é sinônimo de incapacidade laboral, apesar do ambiente de bordo ser arriscado à gravidez, e o armador entender ser impraticável arcar com o custo e os procedimentos de transferência de uma profissional qualificada para um cargo administrativo em terra durante a gestação.

Diante disso os países com tradição marinheira preveem legislação específica para as mulheres. Na Noruega, certamente possuidora de uma das mais avançadas legislações para este caso, a licença maternidade vai muito além das 17 semanas previstas na legislação brasileira. Lá a gestante marinheira e futura mamãe tem licença maternidade durante 59 semanas com pagamento integral pelo Estado ou, se preferir, 62 semanas com 80% de sua remuneração.

Em vista disso, no ano de 2006 a Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal aprovou um projeto que oferece incentivos fiscais às empresas que prorrogarem a licença-maternidade de quatro meses para seis meses, este foi aprovado pela Câmara dos Deputados e sancionado pelo Presidente da República. Então, no ano de 2008, entrou em vigor a lei 11.770/08, que amplia a licença maternidade em dois meses, recebe o apoio de especialistas no que diz respeito à saúde e desenvolvimento da criança. A lei traz como característica a facultatividade, tanto para a empresa quanto para a funcionária. Contudo, esse caráter limita o direito da mulher, já que, para ter acesso ao benefício, ela depende da escolha do empregador em participar do Programa Federal, ou seja, é um benefício e não um direito.

O descaso com a mulher cai novamente naqueles preconceitos machistas de anos atrás. Ser reprodutora e aguentar as consequências de carregar uma criança tornam as mulheres ainda mais fortes. Só que claramente com alguns prós. Em vista disso uma legislação específica seria o mínimo, e nem isso possuímos. Não é pedir demais ser reconhecida como mulher e ter sim direitos perante a tudo que passamos. Cabe às mulheres continuarem lutando por um ideal.

2.1.1 A importância da luta sindical

Sem adentrar na questão da igualdade de direitos e oportunidades para ambos os sexos, seria adequado observar que a participação da mulher num ambiente altamente competitivo e tenso pode dar uma contribuição significativa à humanização do trabalho nos navios mercantes, sendo o elo indispensável para tornar o ambiente a bordo mais próximo daquele convívio social que habitualmente o marítimo participa quando desembarcado.

A gestante embarcada é uma questão que precisa de um estudo mais detalhado, dessa maneira o Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante – SINDMAR tem envidado esforços junto às categorias que representa em prol dessa realização. Com isso, mais do que nunca, a maternidade e o trabalho embarcado se tornaram preocupação prioritária desse sindicato. É imprescindível essa preocupação, para que as mulheres possam exercer seu trabalho a bordo com mais tranquilidade.

A representação sindical tem se mobilizado em ações político-sindicais para encontrar uma solução para os aspectos que envolvem a gravidez das tripulantes e atendendo às expectativas de suas associadas, que mais cedo ou mais tarde poderão estar diante desta situação, bem como procurando dar uma adequada resposta à preocupação das empresas quanto ao custeio da manutenção da empregada por motivo de gravidez; está articulando junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social, segundo reportagens recentes, o estabelecimento de procedimentos que garantam o pagamento pelo INSS por conta desta temporária incapacidade laboral durante o período da gestação.

Inicialmente, o SINDMAR busca junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social uma prática similar ao que ocorre com as profissionais da aviação civil, que

temporariamente interrompem seus vôos quando constatada a gravidez. O SINDMAR espera que o órgão tenha a indispensável sensibilidade social, preservando assim a saúde da mãe e de seu bebê e evitando a discriminação da Oficial Mercante no mercado de trabalho pelo fato das empresas de navegação rezear o custeio de necessário e temporário afastamento de bordo das trabalhadoras gestantes.

A luta Sindical como em qualquer lugar traz uma grande diferença ao modo de trabalho e todas as ações nele realizados. Compete às mulheres mercantes continuarem com esta luta e cada vez mais impor sim, seus direitos, necessidades e vontades. Visto que profissão marítima nasceu sim de homens, todavia é muito bem exercida pelo sexo feminino.

2.2 As dificuldades e os grandes medos de ser mãe

O conceito de direitos sexuais e reprodutivos nasceu no início dos anos 80 como “estratégia discursiva” das feministas na prática política, visando reivindicar garantias legais e políticas de igualdade, liberdade e justiça social no exercício da sexualidade e da função reprodutiva (CORREA; BETÂNIA, 2003, p.27). A expressão tem forte caráter de contestação às leis e modelos autoritários e restritivos de assistência à saúde da mulher. As principais reivindicações femininas estão relacionadas aos direitos ao aborto seguro e legal, à igualdade entre os gêneros no que diz respeito às responsabilidades contraceptivas e reprodutivas, o acesso à informação e aos meios para o controle da própria fecundidade, e à liberdade sexual e reprodutiva sem discriminação, coerção ou violência.

Somente na década de 1990, com a Conferência das Nações Unidas de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo (1994), e a Conferência Internacional da Mulher de Pequim (1995), foram reconhecidas, no âmbito internacional, que as restrições legais e políticas impostas à autonomia reprodutiva violam os direitos humanos, em especial, os direitos das mulheres. As Nações Unidas reconheceram, ainda, que essas restrições são desfavoráveis ao desenvolvimento econômico e humano das populações, e recomendaram reformulações nas leis e políticas públicas, que garantam o direito das pessoas à não intervenção em suas escolhas individuais relativas ao exercício da reprodução e sexualidade e o acesso às informações e aos meios adequados para o exercício da autonomia sexual e reprodutiva, com especial atenção para a vulnerabilidade feminina. Recomendaram, ainda, a formulação de leis e políticas de equidade, que incluíssem a defesa dos direitos das mulheres e atribuíssem responsabilidades sexuais e reprodutivas aos homens, como elementos essenciais para alcançar a igualdade e a justiça nas relações de gênero.

Com tantas dificuldades e preconceitos aqui descritos, percebe-se o sentimento de insegurança em que uma trabalhadora de carteira assinada tem dentro de si, podendo perder tudo que conquistou na vida profissional em função da maternidade. Todavia, não podemos nos privar de tal realização. Por mais que não tenhamos uma legislação específica que dê garantias trabalhistas à oficial da Marinha Mercante que engravida, é preciso reunir forças e continuar nessa luta.

CAPÍTULO III

DIFICULDADES, CONQUISTAS E NOVOS DESAFIOS

3.1 Superação e Profissionalismo

Em um mercado de trabalho restrito aos homens até recentemente, a procura das mulheres pelos cursos de formação de oficiais de Marinha Mercante chega a surpreender. No CIAGA, dos 2.640 candidatos inscritos, cerca de 1,2 mil eram mulheres, no concurso para entrar em 2008. Segundo o ex-comandante do CIAGA, Sérgio Freitas (2008) “Isto faz parte da evolução da mulher no mercado de trabalho.”

No atual contexto, as empresas também aceitam muito bem as profissionais do sexo feminino para tripular seus navios. A Aliança Navegação e Logística, grupo Hamburg-Süd, começou a empregar mulheres há menos de dois anos. Atualmente, duas oficiais integram o quadro de 178 profissionais embarcados, além de seis cadetes em estágios obrigatórios. Algumas empresas resistem em aceitar mulheres, em razão do ambiente de trabalho. Para muitos, o isolamento em alto-mar pode provocar uma certa aproximação entre as pessoas, formando casais. É uma resistência que está sendo superada. (SINDMAR, 2008)

Os obstáculos da mulher ligados à estrutura física são superados pelo desenvolvimento tecnológico e pela dedicação e inteligência, que fazem as oficiais conquistarem respeito e confiança a bordo. Apesar das dificuldades decorrentes do tratamento estereotipado que recebem por parte de alguns tripulantes, as jovens vêm com bons olhos a carreira no mar. A possibilidade de conquistar uma rápida ascensão e os rendimentos acima da média no início da carreira atraem essas profissionais.

Enfrentando as dificuldades peculiares da profissão e as adaptações, a mulher consegue superar as adversidades e ainda administrar seu tempo a favor de suas atividades, para que as questões familiares não entrem em conflito com questões profissionais e sociais. A mulher ainda é alvo de discriminação por parte daqueles que não acreditam que ela é capaz e por isso enfrenta o desafio de mostrar sua força, ousadia e firmeza na tomada de decisões.

Segundo o relatório elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2007 tendo como base entrevistas com armadores, autoridades e sindicatos marítimos, além de trabalhadores, realça a fonte de potencial que as mulheres representam hoje para a indústria, embora alerte para a persistência de estereótipos sexistas, geralmente expressos por pessoas que possuem pouca ou nenhuma experiência em empregar mulheres em suas empresas. Uma preocupação comum dos empresários, expressa no relatório da OIT é a tendência das mulheres em abandonar a carreira marítima, antes de seus colegas masculinos, fazendo da mesma um mau investimento.

Todavia nem tudo são flores. Mesmo com o esforço pela igualdade entre os gêneros, vemos muitas desigualdades por toda a sociedade como a seguir retirada de um artigo:

“O número de mulheres com mestrado no Brasil é maior que o número de homens com a mesma titulação. Elas representam 53,5% dos mestres no país e eles, 46,5%. No entanto, em termos de remuneração, as mulheres ganham em média R\$ 5.438,41, 28% a menos que os homens, que recebem R\$ 7.557,31. Os dados foram divulgados hoje (22) pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) no estudo Mestres 2012: Estudos da Demografia da Base Técnico-Científica Brasileira.

Segundo o estudo, que utiliza dados do final de 2009, as mulheres têm uma participação maior (71%) nas áreas de linguística, letras e artes. Na área de ciências sociais aplicadas, onde a remuneração é maior, as mulheres representam 43,2% dos empregados. Na segunda área de maior remuneração, as engenharias, as mulheres têm a menor participação relativa entre os empregados, 27,9%.

Os números mostram que, dentro de uma mesma carreira, ocorre diferenciação. Nas engenharias, homens com mestrado ganham em média, R\$ 8.430,18. As mulheres com a mesma formação e carreira, recebem em média, R\$ 6.133,98. Em linguística, letras e artes, carreira em que são maioria, as mulheres recebem em média R\$ 4.013,87 e os homens, R\$ 4.659,60.”

Diante dessa estatística, mesmo que o índice de mulheres com mestrado seja superior ao índice de homens, ainda reflete na sociedade sinais de preconceito. Compete às mulheres não desistir frente aos desafios, persistir com muito profissionalismo e lutar por uma legislação específica na busca da superação. Nesse caso, tem-se como referência o exemplo da Hildelene, primeira Comandante do Brasil do sexo feminino como será abordado a seguir.

3.2 Conquistas: Primeira mulher brasileira a ser comandante da Marinha Mercante

A trajetória de Hildelene Lobato Bahia teve início em 1997, ao formar-se em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Pará, se preparava para prestar concurso para o TRT quando decidiu fazer a prova de admissão para oficial da Marinha Mercante, para incentivar um irmão que também se inscreveu no concurso da EFOMM. Para sua surpresa, conseguiu ser aprovada em 24º lugar e passou a integrar a primeira turma da EFOMM do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA), em Belém, que a partir dessa iniciativa passou a aceitar mulheres em suas fileiras. Hildelene de início sofreu certa resistência dos colegas, já que estava entrando num universo que no Brasil ainda era de domínio exclusivo masculino. Formada em 2000, Hildelene estagiou na Transpetro quando cursava o último ano da EFOMM.

Em 2003, foi aprovada no concurso público da Transpetro e passou a ser uma das primeiras mulheres a trabalhar na frota da companhia. Na primeira vez que embarcou, era a única mulher a bordo do navio Lorena e teve de driblar a estranheza dos tripulantes e o receio dos pais. Foram sete anos no Lorena, durante os quais chegou a imediata – segundo cargo na hierarquia de um navio – e a primeira capitã de cabotagem. O Lorena até ficou conhecido como “o navio da imediata”.

Em 2009, ao assumir o comando do navio Carangola, com capacidade para transportar 18 mil toneladas de derivados escuros de petróleo, Hildelene se tornou a primeira mulher a ocupar o posto mais alto da hierarquia da Marinha Mercante. Em 2012, foi nomeada capitã de longo curso, e é a única mulher no Brasil apta a navegar pelos mares do mundo inteiro.

Segundo Hildelene, “O mercado de trabalho para os marítimos está aquecido e a carreira na Marinha Mercante nunca foi tão promissora. Nesta profissão, é possível ter estabilidade financeira e perspectiva de crescimento acelerado. Por exemplo, cheguei ao posto de comandante em apenas dez anos. O mercado está aberto para todos, independentemente de sexo”.

Navegando mares afora, em 2002 ela conheceu a bordo o marítimo Paulo Roberto, com quem se casou há três anos. Por quatro anos trabalharam embarcados juntos. Depois, cada um seguiu seu rumo. A administração da casa onde moram na Tijuca, na Zona Norte do Rio, conta com a ajuda da sogra, para ela, uma mãe, que na ausência do casal em suas longas viagens toma conta de tudo, principalmente do cachorro Zezinho, misto de poodle e vira-lata que Hildelene adotou numa feira.

Vencida a estranheza inicial da tripulação, que achava que mulheres embarcadas não aguentariam muito tempo longe de casa, Hildelene hoje comanda um supertanque, dando um toque feminino e pessoal segundo ela, "pode ser um quadro, um porta-retrato, para ficar mais com a cara da gente", e leva a vida ao lado do marido com quem, sempre que pode, foge da rotina numa viagem tranquila.

"Mas nunca num cruzeiro", brinca ela, que não teme os mares revoltosos do Estreito de Magalhães, mas tem medo de voar e de dirigir.

A aventura de cruzar todos os mares do mundo parece pequena para o próximo desafio que o comandante pretende assumir: ser mãe, e em breve. "Mas não vou abandonar a carreira", afirma de acordo com a entrevista publicada no site Força Marítima em maio de 2013.

3.3 Formada primeira mulher prático no Brasil

Aos 17 anos, Fernanda Letícia da Silva fez o curso para ingressar na Marinha Mercante, Escola situada no Rio de Janeiro e se formou na turma de 2004. Durante a época na Escola, participou de iniciativas como campanha de doação de sangue, arrecadação de doações para a biblioteca e chegou ao posto de subcomandante. E foi aí que começou a observar o trabalho dos práticos. O encanto foi tanto que Fernanda se empenhou para passar no exame. Como não havia curso preparatório, a praticante foi autodidata em matérias como navegação estudada, costeira e eletrônica, meteorologia, legislação naval, teoria da manobra e regras para evitar abalroamento no mar. "Estudei durante dois anos, dezessete horas por dia. Quando estava embarcada me dedicava aos estudos por quatro horas, e compensava depois." Disse Letícia Silva em entrevista ao Jornal Pelicano em 2009.

No dia 26 de Março de 2010, a Praticante de Prático Fernanda Letícia da Silva foi aprovada no exame para Prático de Porto em Santos, após realizar uma manobra, de atracação com giro do navio F.D. Salvatore Pollo, graneleiro de bandeira italiana com 225 metros de comprimento e 11,26 metros de calado, ao TGG Terminal de Graneis do Guarujá.

O estágio, com duração de um ano, constituiu-se de um mínimo de 700 manobras de atracação e desatracação, sendo 100 acompanhadas e 600 executadas, distribuídas pelos 64 píeres, terminais e armazéns do maior complexo portuário da América Latina.

A Praticante de Prático Letícia Silva, hoje com 26 anos, Primeiro Oficial de Náutica, despachava na função de Imediato de um navio RO-RO antes do seu estágio no Porto de Santos, para o qual foi aprovada em 30º lugar através de concurso nacional com 117 vagas para vários portos brasileiros em 2008. Tripulou diversos tipos de navios mercantes na costa leste da América do Sul e entre Brasil e Europa, além de navios de off-shore com posicionamento dinâmico no Golfo do México e na Bacia de Campos, acumulando mais de 300.000 milhas navegadas.

Durante seu tempo em terra dedicou-se a atividades extracurriculares em prol das Marinhas Mercantes e do Brasil tendo seu trabalho reconhecido em 2006 quando foi condecorada com a Medalha Mérito Tamandaré, ainda como Praticante de Oficial de Náutica, a mais jovem Oficial Mercante a recebê-la.

Além de suas brilhantes conquistas, em 2008, Letícia Silva patrocinou uma sala de aula no Centro de Instrução Almirante Graça Aranha. A sala F-106 foi inaugurada pelo DPC VA Paulo José e pela então 2ON/1ON Letícia Silva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho sobre a mudança de relacionamento na Marinha Mercante com a entrada da mulher foi de suma importância para a compreensão e a contextualização do papel da mulher nos diferentes postos e níveis hierárquicos da Marinha, conquistados pelo mérito que essas profissionais merecem.

Este trabalho mostrou o quanto à mulher pode contribuir no setor marítimo executando diferentes funções e a importância desse avanço no setor da Marinha Mercante.

Considerando que atualmente a Marinha Mercante do Brasil tem passado por uma situação adversa já que pressionados pela competição desigual promovida por navios com bandeiras de conveniência, os armadores brasileiros se retraíram e acabaram perdendo mercado. A solução desse desequilíbrio passa pelo fortalecimento da competitividade do setor, por meio da utilização de forma inteligente de recursos já existentes, depositados no Fundo de Marinha Mercante (FMM) e da habilitação da mão de obra disponível no Brasil. É nesse contexto que surge a importância da mulher, que tanto como oficial, como em qualquer outro cargo será membro ativo da renovação da frota do Brasil e influenciará diretamente o crescimento econômico do país.

No setor da Marinha Mercante a questão na mudança de relacionamento e valorização da mulher tem sido algo bastante decisivo, pois incentiva as jovens que desejam ingressar na Marinha e seguir a carreira de oficial tendo assim uma série de oportunidades tanto na ascensão intelectual quanto na profissional.

Para os próximos anos, tudo indica que a Marinha Mercante Brasileira, grande transportadora de riquezas do país, volte a subir ao topo de onde nunca deveria de ter saído, pela própria geração de renda daí surgida, pelo trabalho organizado, que como está escrito, gera o progresso.

Todas as mulheres, formadas ou em período de formação, com carreiras promissoras pela frente, só resta desejar: “Toda força adiante” com votos de que essa pesquisa contribua de forma muito positiva com os propósitos da comunidade marítima para que se reverta em melhorias e aperfeiçoamento das condições de trabalho a bordo e do aperfeiçoamento do Ensino nos Centros de Formação, com o intuito de fazer crescer ainda mais as atividades da Marinha Mercante Brasileira.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Douglas Ferreira Leite. **A importância da Marinha Mercante na formação da nacionalidade brasileira**. 2007. EFOMM, CIAGA.

A vez das Mulheres em alto Mar. Disponível em:

<<http://www.sindicatomercosul.com.br/noticia02.asp?noticia=5612>> Acesso em; 04 de março de 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

Cerimônias alusivas aos 30 anos da Mulher Militar na Marinha do Brasil. Disponível em: <http://www.cdm.mar.mil.br/menu_h/noticias/comemoracao_30_anos_mulher_militar/comemoracao.html> Acesso em: 05 de março de 2013.

Comandante Mulher na Marinha Mercante (2009) Disponível em:

<<http://www.culturamix.com/cultura/curiosidades/comandante-mulher-na-marinha-mercante>> Acesso em: 04 de julho de 2013.

Figura Oficial de Marinha Mercante torna-se profissão cada vez mais atraente, aponta Sindmar (2012) Disponível em:

<http://www.revistafator.com.br/ver_noticia.php?not=132849> Acesso em: 04 de julho de 2013.

FILHO, Jeronymo Miguel. **Marinha Mercante**. (2012)

Disponível em: <<http://marbrasileirotocolando.blogspot.com/2010/04/marinha-mercante.html>> Acesso em: 04 de março de 2013.

FILHO, Paulo Marcos Gonçalves. **O papel da Marinha Mercante no cenário econômico brasileiro**. 2007. EFOMM, CIAGA.

Lei 11770/08. (2008) Disponível em <<http://www.leidireto.com.br/lei-11770.html>> Acesso em: 26 de julho de 2013

Letícia Silva- Primeira mulher práctico (2010). Disponível em <

<http://www.jornalpelicano.com.br>> Acesso em: 25 de julho de 2013